



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia

Boletim Especial da APP-Bahia

Edição temática: Campanha “Quem Não Deve Não Teme”



Editorial

O cenário das eleições municipais nos remete a uma reflexão sobre o processo democrático, suas possibilidades, potencialidades e armadilhas. As eleições monopolizam o espaço público, transformam as cidades, um surto de participação se instaura, porém, todo esse processo de mobilização restringe-se a uma disputa pautada pelas paixões e interesses de grupos políticos locais do que propriamente do espírito de cidadania participativa.

O limite da redução do exercício democrático ao processo eleitoral consolida uma cultura de apatia e falta de controle social. A euforia participativa finda ao término das eleições, permitindo aos novos gestores e vereadores agirem sem qualquer controle da sociedade civil. Esta lógica se reflete na precariedade das políticas públicas nos municípios, permitindo a consolidação de uma estrutura oligárquica, patrimonialista e clientelista, onde os acordos eleitorais definem os compromissos das administrações públicas municipais.

Outro elemento da conjuntura que merece ser ressaltado é o novo cenário político após as últimas eleições no Estado. A ascensão ao governo do Partido dos Trabalhadores e as alianças estabelecidas para este objetivo tiveram consequências importantes na relação democrática

com a sociedade civil. De um lado a agenda política passou a ser pautada pelo interesses pragmáticos dos acordos partidários, mantendo inclusive o privilégio das velhas oligarquias locais. Do outro, a sociedade civil organizada que durante décadas lutou e construiu mecanismos de fortalecimento da democracia participativa recuou drasticamente em suas ações.

Diante deste contexto, a Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia entende que o debate sobre a democracia participativa não pode se restringir ao período eleitoral, e sim atuar na consolidação de uma cultura permanente de controle social sobre a formulação e execução das políticas públicas. Nessa direção, e sem negar a importância das eleições como um momento da vida democrática do país, este boletim especial traz um balanço das ações e resultados da Campanha “Quem Não Deve Não Teme” e sua mobilização em torno da fiscalização das contas públicas municipais.

Estamos certos de que, para que possamos construir uma sociedade mais democrática, é necessário radicalizarmos estas experiências e transformar os espaços públicos municipais em práticas cotidianas de controle social.



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia

Campanha Quem não deve não teme

Fiscalizar o uso do dinheiro público é da conta de todo mundo.

De toda gente que quer ver nosso dinheiro sendo usado de forma responsável e honesta por aqueles que elegemos!

Realizada na Bahia desde 2004, a Campanha já conseguiu atingir mais de 250 municípios baianos, realizando ações como: divulgação da Campanha; articulação e mobilização de grupos; fiscalizações populares das contas públicas; e formulação e encaminhamento de denúncias de irregularidades.

Os maiores objetivos da Campanha “Quem não deve não teme” são: democratizar o Estado e ampliar o exercício da cidadania, através da mobilização e formação para fiscalização das contas públicas municipais no Estado da Bahia; articular em rede a sociedade civil e movimentos sociais na luta pela transparência e garantia aos direitos de participação, especialmente de acesso às contas; e responsabilizar eventuais situações de negação de direitos e/ou de irregularidades.

Neste IV Ano, diante dos avanços conquistados e dos limites de tempo para o exercício do controle social, a Campanha passa a estimular a fiscalização durante todo o ano, como prescreve a **Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 49:**

“As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade”. Ou seja, as contas do ano em curso podem e devem ficar em um local adequado, de fácil acesso, para que qualquer cidadão/ã exerça o direito de fiscalizar.

Até o momento, mais de 100 municípios baianos foram atingidos de forma direta e indireta pela Campanha. A sistematização que está sendo feita pela Secretaria Executiva tem revelado muita resistência das prefeituras e câmaras em permitir o acesso dos cidadãos às pastas orçamentárias. Aponta também uma maior sensibilização do Ministério Público na garantia do direito de fiscalização. O MP tem apoiado os grupos locais enviando recomendações às prefeituras e câmaras; impetrando algumas Ações Cíveis Públicas em resposta às dezenas de representações denunciando irregularidades; e propondo Termos de Ajustamento de Conduta.



O encerramento da Campanha em 2007, em Irecê, fez protestos pela fiscalização e contra a inércia governamental



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia

Campanha em números

Cada cidadã e cidadão brasileiro tem o direito e o dever de examinar as contas municipais, bem como todo administrador deve justificar seus gastos perante a população. Neste sentido, a Constituição Federal determina (art. 31, §3º):

“as contas dos municípios ficarão durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei”.

Neste ano:

- Aproximadamente 85 municípios participaram de atividades de formação, caravanas e reuniões da Campanha, que atingiu 27 novos municípios;
- Cerca de 100 municípios foram mapeados pela Campanha em 2008, até o momento;
- 31 municípios tentaram acessar as contas, sendo que 29 conseguiram, ou 93%;

- 17 municípios tiveram alguma dificuldade (as contas não estavam disponíveis no período, só podia entrar uma pessoa por vez, não podiam tirar cópias ou fotografias, só podiam fiscalizar em um dos turnos, faltavam documentos);
- Em alguns municípios a Campanha foi realizada sob forte influência do período eleitoral;
- Denúncias de irregularidades foram feitas ao Ministério Público em 10 municípios;
- Foi proposta Ação Civil Pública, pelo MP, em Gentio do Ouro, o que garantiu a prorrogação do prazo para a sociedade civil fiscalizar as contas;
- Denúncia ao Ministério Público Federal foi feita em Juazeiro, relatando irregularidades da prefeitura no uso das verbas federais referentes à saúde e educação;
- Interesse maior de grupos populares dos municípios, na Lei de Responsabilidade Fiscal, que garante o direito de fiscalização o ano todo

	ANO I – 2005	ANO II - 2006	ANO III - 2007	ANO IV – 2008 *
Municípios mapeados	118 municípios	202 municípios	134 municípios	102 municípios
Amostra de diagnóstico sobre acesso	48 municípios	84 municípios	41 municípios	34 municípios
Dados de não acesso	Da amostra, em cerca de 60% não houve acesso	Da amostra, em 70% não houve acesso	Da amostra, em 39% não houve acesso	Da amostra, em 12% não houve acesso
Denúncias	Em 14%	Em 31%	Em 37%	Em 29%
Retorno dos promotores	Retorno de 36 municípios	Retorno de 81 municípios	-	-

* Dados parciais - sistematização realizada nos meses de junho e julho de 2008.



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia

A Campanha pelo Estado

Salvador

A IV Edição da Campanha Quem não deve não teme, coordenada pela APP-Bahia, foi lançada em maio no auditório da Ação Social Arquidiocesana de Salvador – ASA, no bairro do Garcia. O evento foi construído em parceria com a Campanha de Combate a Corrupção Eleitoral e a Campanha de Participação Política. As 3 Campanhas têm o propósito comum de fortalecer o controle popular sobre as políticas públicas através da fiscalização das contas municipais, do debate sobre o exercício crítico e consciente do voto, e do combate à corrupção eleitoral.

A mesa de abertura foi composta por representantes das três Campanhas, que explanaram suas ações e objetivos; pelo Ministério

Público Estadual (MP), cujo Procurador-Chefe, Lidivaldo Britto, falou sobre a responsabilidade do MP frente às denúncias de irregularidades encontradas nas contas públicas; e por Ivo Poletto, da Assembléia Popular, que falou sobre a importância da organização da sociedade civil para realizar o controle popular da gestão e das políticas públicas.

A maioria dos presentes eram jovens integrantes de redes, fóruns e organizações sociais. O ato de lançamento contou com a participação da plenária, que tirou dúvidas sobre como fazer denúncias de corrupção e debateu quais estratégias empregar para ampliar a participação da sociedade nas esferas do poder público, muitas vezes distantes da maior parte da população.



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia

Ilhéus

As atividades da Campanha começaram assim que foi aberto o prazo para a fiscalização. Foram realizadas reuniões e distribuição de materiais informativos. Nas atividades de mobilização foram contextualizadas as Campanhas Contra a Corrupção Eleitoral e Campanha de Participação Política, que estão sendo realizadas, este ano, em parceria com a Campanha “QNDNT”. Foi realizado um monitoramento pelo Ministério Público para averiguar as condições de acesso e de efetivo exercício do direito de fiscalizar as contas públicas. O grupo da Campanha acompanhou o monitoramento feito nas dependências da Câmara de Vereadores de Ilhéus, local onde estava sendo executada a fiscalização das contas do Legislativo; e na Prefeitura foi constatado que a sala disponibilizada era a mesma em que funcionava a Secretaria de Finanças, com dezenas de pastas volumosas amontoadas na única mesa disponível. Várias irregularidades detectadas pela Campanha foram indicadas ao MP, como: fotocópias com comprovantes de pagamentos cujo valor não confere; falta de ordem numérica e cronológica nos processos inseridos nas pastas; despesas estranhas devido ao seu valor; falta de comprovantes de depósitos bancários creditados a fornecedores diversos.

Umburanas

No município de Umburanas as atividades da Campanha “Quem não deve não teme” começaram no mês de abril, com momentos de mobilização, formação e a própria fiscalização das contas públicas. Os representantes da região encontraram dificuldades no acesso às contas, devido à indisponibilidade de todas as pastas para apreciação, na Câmara de Vereadores.



A fiscalização em Ilhéus constatou várias irregularidades

Irecê

Em maio, grupos de cidadania do município e representantes do Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) realizaram uma reunião com o Promotor de Irecê e Canarana para apresentar dados concretos sobre as dificuldades encontradas para realizar a fiscalização das contas públicas da região. Em Canarana o prazo da fiscalização foi prorrogado até 09 de julho, garantindo mais tempo para a população realizar a fiscalização. Esta conquista foi em resposta às dificuldades encontradas pela população para acessar as contas públicas no período em que elas deveriam estar disponíveis.

São Gabriel

O município de São Gabriel enfrentou dificuldades na fiscalização das contas na Câmara e na Prefeitura do município. O principal problema identificado foi a má condição em que estavam disponíveis as contas, pois no local destinado para o manuseio dos



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia



um Grupo Permanente da Cidadania que dará continuidade à discussão na região, dentre outros temas voltados para cidadania.

Território do Paraguaçu

O início do mês de maio foi marcado por intensas mobilizações e articulações da sociedade civil. Boa Vista do Tupim realizou uma atividade de formação abordando a temática “Políticas Públicas e a Importância do Controle Social”, e foi criado o grupo “Cidadania em Ação” que dará continuidade à discussão sobre a importância do controle social ao longo do ano.

Itaberaba

O foco das atividades neste município foi a verificação das contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e as da Câmara. As contas não foram disponibilizadas conforme prescreve a lei, podendo ser acessadas somente em um dos turnos. Foram enviadas duas representações à Promotoria para que as contas fossem disponibilizadas, mas até o momento a solicitação não foi atendida.

Antônio Cardoso

O Movimento de Jovens de Antônio Cardoso (MOJAC) realizou no mês de maio a apresentação das Campanhas “Quem não deve não teme”, “Participação Política” e “Combate à Corrupção Eleitoral”. Cerca de 70 jovens de escolas do município, com faixa etária entre 15 e 27 anos, participaram do evento. Após a apresentação foi realizado um debate, no qual a juventude pontuou questionamentos e dúvidas acerca da atuação das campanhas nos municípios, participação popular e controle social. Além disso, estão buscando parcerias com outras entidades

documentos trabalhavam vários funcionários. Foi encaminhado um ofício para o prefeito e para o presidente da Câmara, solicitando um local adequado para a fiscalização. A demanda não foi atendida e a fiscalização foi realizada mesmo assim, com péssimas condições para acomodação. Na fiscalização, várias irregularidades foram encontradas.

Chapada Diamantina

Nos municípios de Wagner e Redenção houve divulgação da Campanha “QNDNT” e mobilização para realizar a fiscalização das contas. Mais de 45 jovens participaram da discussão sobre “Controle Social e a Fiscalização”, ministrada pelo coordenador da Campanha na Região, Dito Ballio. Como encaminhamento do encontro foi criado



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia

para agir ativamente na fiscalização das contas públicas e no combate à corrupção eleitoral.

Seabra

No mês de abril aconteceu o lançamento regional da campanha “Quem não deve não teme” e uma atividade de formação que atingiu quatro municípios da região de Seabra, (Ibitiara, Boninal, Palmeiras e Seabra). A partir dessas atividades realizadas pelo CAA, a população de Seabra se organizou e iniciou a fiscalização das contas públicas. O grupo não encontrou dificuldades para acessar as contas dentro do prazo. Possíveis irregularidades foram encontradas nos contratos de locação de veículos para transporte escolar.

Gentio do Ouro

As contas foram fiscalizadas desde a 1ª semana de abril. No primeiro dia de fiscalização foi constatada a falta de várias pastas do exercício de 2007. Na tentativa de obter as contas que não foram apresentadas para a fiscalização, o grupo da região encaminhou um ofício ao Prefeito e ao Presidente da Câmara, solicitando a liberação dos documentos. Porém, estes não resolveram o problema e as pastas continuaram desaparecidas. O caso foi denunciado ao Promotor que encaminhou um ofício à Prefeitura. As pastas só foram liberadas 15 dias depois, o que não impediu o Ministério Público de entrar com uma Ação Civil Pública contra o Município e a Câmara de Vereadores, exigindo a liberação dos documentos em 24 horas e a garantia dos 60 dias a contar do dia da liberação. O Juiz da Comarca deu a liminar concedendo o pedido do Ministério Público. O acontecimento de Gentio do Ouro demonstra como é importante a fiscalização e a busca por uma democracia participativa e ativa. Essa é mais uma vitória dessa trajetória de luta.



Diversos setores da sociedade se articulam em torno da Campanha



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia

Tancredo Neves

O município de Presidente Tancredo Neves manteve contatos com a FASE Bahia, articuladora da Campanha no Sul do estado, e conseguiu realizar a Campanha "QNDNT" pela primeira vez. Entidades e movimentos populares locais se organizaram para fiscalizar as contas públicas da Câmara de Vereadores e da Prefeitura. Nos primeiros momentos da fiscalização, a Prefeitura tentou dificultar o acesso dos fiscalizadores às contas, mas o grupo conseguiu fiscalizar.



Em Barro Alto, as portas tiveram que se abrir para o povo

Juazeiro

Juazeiro, município que dispõe do maior orçamento da região, demanda transparência e acessibilidade da população às contas públicas. A fiscalização neste município foi marcada pela falta de informação sobre o local de acesso às pastas da prefeitura e pelas várias dificuldades e argumentos interpostos pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ), que dificultaram o grupo de efetivar a fiscalização. Durante a visita à instituição pública foi reforçado pelo grupo o direito que qualquer cidadão tem de apreciar as contas, conforme consta no Art. 31, §3º, da Constituição Federal. Após intenso diálogo, as contas foram disponibilizadas.

Curaçá

A Prefeitura e a Câmara foram totalmente omissas em relação ao direito da população em efetivar o controle social. Na Prefeitura, além de prestar informações incompletas sobre o local onde as contas poderiam estar disponíveis, a assessora da Secretaria de Finanças informou que as contas só poderiam ser disponibilizadas depois que todos/as fizessem um cadastro na prefeitura com os dados pessoais. Na Câmara de Vereadores, a documentação também não foi disponibilizada. O grupo protocolou uma denúncia no Ministério Público, apontando irregularidades, mas não teve retorno.

Sobradinho

A prefeitura disponibilizou apenas os balancetes em 22 de abril, descumprindo a lei que garante o acesso desde o dia 1º daquele mês, e a importância de prestar contas com a documentação completa. Diante dessa atitude,



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia

o grupo entrou em contato com o Promotor que enviou uma recomendação à prefeitura, na qual constava a obrigatoriedade de disponibilizar tanto os balancetes, quanto as notas fiscais, licitações, contratos etc., que comprovassem a utilização dos recursos do município.

Barra do Mendes

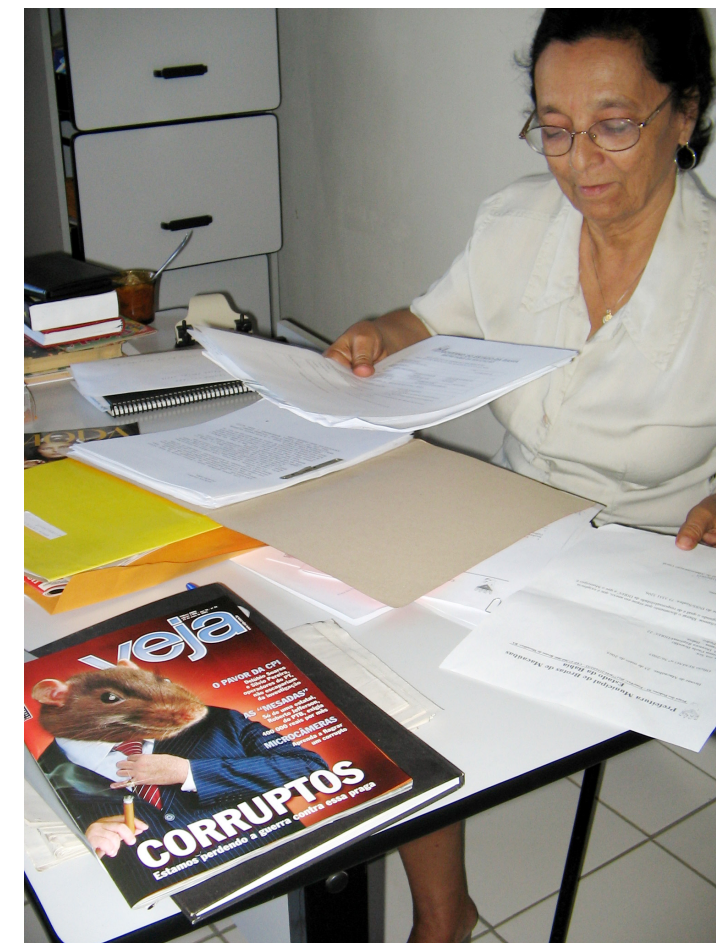
O Tribunal de Contas dos Municípios apurou as denúncias feitas pelo grupo no ano passado e elaborou um relatório confirmando-as. Como deliberação, o grupo fará uma ação popular com o relatório do ano passado. Por causa da repercussão da fiscalização de 2007, este ano o prefeito dificultou o acesso, restringindo-o a apenas uma pessoa por vez. O resultado foi de que apenas uma pessoa teve acesso. O grupo não conseguiu acessar muitas pastas e, portanto, não fez denúncias este ano.

Barro Alto

O grupo realizou a fiscalização, mas teve dificuldades de acesso. A prefeitura não disponibilizou as pastas de junho e dezembro, não se pôde tirar cópias dos documentos e foi estipulado o horário da fiscalização em apenas 2 horas por dia, sendo que somente uma pessoa teria acesso. Apenas seis pessoas conseguiram fiscalizar. O grupo está fazendo representações para enviar ao Ministério Público apontando as diversas irregularidades encontradas.

Capim Grosso

Desde o ano passado, a Prefeitura disponibiliza as contas quadrimestrais, pela internet. É assim que o grupo tem acompanhado os gastos públicos, ressaltando que as notas fiscais deveriam estar disponíveis para análise. O



Em toda fiscalização há o risco de se descobrirem ratos município está sem promotor há quase um ano, o que dificulta a denúncia das irregularidades.

Aracatu, Presidente Jânio Quadros, Maitinga, Caraíbas, Malhada de Pedras, Cordeiros, Condeúbas e Piripá

O grupo da Campanha nos municípios fez a fiscalização de contas e não teve dificuldades neste ano. Prefeitos e vereadores da região se tornaram mais conscientes quanto à obrigatoriedade da fiscalização. Em parceria com a Cáritas, o Movimento de Pequenos Agricultores conseguiu realizar a fiscalização das contas sem



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia



Em Esplanada, as pessoas incorporaram a Campanha

dificuldades nestes municípios. Por causa do ano eleitoral, o grupo se preparou com antecedência para realizar a fiscalização, mas algumas pessoas não puderam participar porque estavam envolvidas se candidatando ou apoiando candidatos.

Correntina

Divulgaram a Campanha no município para que outros grupos pudessem conhecer o direito de fiscalização.

Esplanada

Por estar em período eleitoral, o grupo da Campanha no município permaneceu unido, mesmo tendo muitas pessoas envolvidas com as eleições. Conseguiram ter acesso às contas do executivo e do legislativo, que ficaram disponíveis na Câmara. As dificuldades encontradas foram: as contas só ficavam disponíveis pela manhã e faltavam documentos e licitações. O grupo neste ano se dedicou mais à apreciação das contas da

Saúde, por causa de um seminário que participou em Brasília sobre fiscalização das contas da Saúde.

Ipirá

O grupo teve mais dificuldades este ano na fiscalização das contas, devido às denúncias feitas ano passado. Fiscalizaram apenas o legislativo. No executivo foram impedidos de acessar as contas e a Prefeitura ignorou a recomendação da Procuradoria. Com o ocorrido, entraram com representação para que a promotora tomasse providências e pediram Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e mais 60 dias para realizarem a fiscalização.

Ribeira do Amparo

O grupo continuou organizado e tentou fiscalizar as contas. Na Prefeitura elas não foram disponibilizadas, e na Câmara, o acesso era permitido, mas faltavam vários documentos.



O povo vem se organizando em todo o Estado.



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia

Isto ocorreu porque a prefeita (ex-presidente da câmara), que assumiu o lugar do prefeito cassado, não prestou contas dos gastos da câmara quando era presidente e nem da prefeitura depois que assumiu o mandato. O grupo pediu a ajuda de um vereador para fazer denúncias no MP e no TCM, e até então não obtiveram resposta destes órgãos.

Sátiro Dias

O grupo não pôde fazer a fiscalização este ano, mas incentivaram a fiscalização no município, divulgando no sindicato dos professores e espalhando cartazes pela cidade. Como resultado da divulgação, pessoas que desconheciam a Campanha puderam realizar a fiscalização pela primeira vez. Não tiveram dificuldades de acesso esse ano, e inclusive puderam tirar cópias dos documentos. O prefeito interino faz parte da ONG, o que facilitou a disponibilização. Foram realizadas Audiências Públicas informando sobre os gastos semestrais. O grupo também está divulgando o PPA participativo para estimular o interesse da população.

Ubatã

O grupo realizou fiscalização sobre as contas de janeiro a outubro, sendo que as do mês de dezembro e novembro não foram disponibilizadas pela prefeitura. O prefeito justificou dizendo que o contador ainda não tinha terminado de arrumá-las. Com isso enviaram ofício ao promotor denunciando a falta das pastas e pediram a elaboração do TAC, mas o promotor trocou de comarca, e até a finalização deste material não tiveram resposta.

Lapão

Fizeram a fiscalização, mesmo com dificuldades encontradas como falta de pastas, acesso de uma pessoa por vez às salas e o fato de muitas delas estarem trancadas. Contudo, não encontraram irregularidade nas contas. O grupo estava em menor número devido a muitos integrantes terem se candidatado a vereador.



População de Ubatã se mobiliza para abrir as contas



Articulação em Políticas Públicas no Estado da Bahia

Núcleo Facilitador da APP/ Bahia

AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia

Área Social da Diocese de Rui Barbosa

Cáritas Brasileira/Regional Nordeste 3

CAA – Centro de Assessoria do Assuruá

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

IRPAA – Instituto Regional de Pequena Agricultura Apropriada

ISPAC – Assessoria ao Movimento Popular

FASE/Bahia – Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional na Bahia

Pastoral Rural de Paulo Afonso

MSTS/MSTB - Movimento sem Teto de Salvador / da Bahia

CRQ – Conselho Regional Quilombola

Campanha Quem não deve não teme

Secretaria

Sede da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais AATR

Endereço: Ladeira dos Barris, 145, Barris, CEP: 040.070-310

Salvador-Bahia

Telefone: (71) 3329.1825 - Tel/fax: (71) 3329.7393

Email: campanha_ba@yahoo.com.br

www.controlepopular.org.br

www.politicaspUBLICASbahia.org.br